



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 090/2023 INEX N.º 030/2023.

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado à INEX constante no Processo Administrativo Licitatório nº 080/2023, com base no artigo 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, de um lado **O MUNICÍPIO DE PALMEIRAS, ESTADO DA BAHIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.922.638/0001-21, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo **Sr. RICARDO OLIVEIRA GUIMARÃES**, portador da cédula de identidade RG nº 856482056, SSP/BA, e inscrito no CPF sob nº 819.479.335-15, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, nº 42, centro, Palmeiras, Estado da Bahia, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a **Empresa AZEVEDO CONSULTORIA, ASSESSORIA, AUDITORIA E TREINAMENTO LTDA**, CNPJ: 45.425.308/0001-17, com sede na Faz Macaúbas, nº 14, Zona Rural, CEP: 44530-000, Sapeaçu-Ba, neste ato representado pelo **Sr. Rafael Silva de Azevedo**, portador da cédula de identidade RG nº 2032133350, SSP/BA, e inscrito no CPF sob nº 863.789.765-70, aqui denominado simplesmente de **CONTRATADO** estando as partes sujeitas às normas da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e subsequentes alterações, obedecidas as condições estabelecidas na licitação realizada na modalidade **INEXIGIBILIDADE Nº 030/2023**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Tem por objeto o presente Instrumento, Prestação de serviço por meio de realização de curso “ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA NA OPERACIONALIZAÇÃO DO SIAFIC” para qualificação de servidores públicos deste Município e para suprir necessidades e demandas da Sec. Mun. de Governo

O objeto aqui tratado obedecerá, fiel e integralmente, a INEX nº 030/2023, e a proposta da CONTRATADA, nesta ordem.

CONTRATADO AZEVEDO CONSULTORIA, ASSESSORIA, AUDITORIA E TREINAMENTO LTDA CNPJ: 45.425.308/0001-17				
SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS				
ITEM	DESC	UND	VAL. UNIT	VAL. GLOBAL
01	Inscrição Individual para Controladora Municipal com objeto de realizar capacitação no curso de “ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA NA OPERACIONALIZAÇÃO DO SIAFIC”	1 Inscrição	649,90	649,90
TOTAL				R\$ 649,90

O presente Contrato é regido pela Lei nº 8666/93 e modificações posteriores. Nos casos e situações omissas neste termo, aplica-se o que, para o caso específico, estabelecer a legislação federal, seguindo-se a melhor doutrina e jurisprudência.

CLAUSULA SEGUNDA – DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de serviços desta natureza enquadra-se na hipótese de INEX e está respaldada no Processo Administrativo nº 080/2023.



2.2. A execução será realizada dentro das normas seguindo o cronograma das etapas das atividades realizadas, conforme prevê o Termo de Referência anexo e autorizo da solicitação da SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

2.3. A empresa terá o **prazo máximo** de 05 dias para início dos trabalhos.

2.4. O regime de execução do presente Contrato é por empreitada global.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. O valor ofertado na proposta será irrevogável.

3.2. Pelo fornecimento do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor referente a realização dos serviços por meio de Transferência Bancária, até o 20º dia do mês subsequente aos serviços prestados, mediante a apresentação de nota fiscal.

3.2.1. Caso o profissional realize todos os serviços propostos receberá após os mesmos a soma total de **R\$ 649,90**.

3.3. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais ou legais, nem implicará na aceitação definitiva dos serviços executados, total ou parcialmente.

3.4. O presente contrato poderá ser reajustado a cada doze meses de vigência, ficando eleito como índice oficial de correção o IPCA

3.5. As partes têm direito e a responsabilidade de manter, durante todo o período de vigência do contrato o equilíbrio econômico financeiro da época da contratação.

3.6. Os preços contratados poderão ser objeto de revisão de acordo com o disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, mediante solicitação da empresa vencedora e ou contratada, ao representante legal do órgão contratante, desde que acompanhada da documentação que comprove a efetiva procedência do pedido

CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato vigorará do dia 27/02/2023 à 31/05/2023, ou seja, pelo prazo de 3 meses.

4.2. O mesmo poderá ser prorrogado de acordo com o Art. 57 da Lei 8666/93, caso necessário

CLAUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das dotações especificadas no presente exercício à conta da dotação própria prevista na Lei Orçamentária anual:

Unidade Orçamentária	0202 – SEC. MUN. DE GOVERNO
Ação	2056 – Coord. Mant. Serv. Adm. – Control. Geral do Mun.
Elemento de Despesa	33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
Fonte de Recurso	1500

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO



6.1. O pagamento dos serviços será feito após a emissão e atesto da Nota Fiscal, conforme determinação do setor tributário.

CLAUSULA SETIMA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. DA CONTRATADA:

- a) Prestar os serviços descritos na Cláusula Primeira, de acordo com a proposta apresentada;
- b) Responder pelos vícios e defeitos ocultos do objeto;
- c) Receber o preço estipulado na Cláusula Terceira;
- d) Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes deste contrato;
- e) Não transferir, total ou parcialmente, o objeto deste contrato;
- f) Comunicar à Prefeitura Municipal de Palmeiras-Ba os eventuais casos fortuitos e de força maior, dentro do prazo de 2 dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 5 dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados;
- g) Obriga-se a realizar os serviços ora pactuados nos termos estabelecidos pelo Município;
- h) A Contratada tem a obrigação de comunicar oficialmente, com antecedência mínima de 30 dias, a intenção de rescindir este contrato, a qual se dará por meio de termo rescisório assinada por ambas as partes.

7.2. DA CONTRATANTE

- a) Pagar as despesas inerentes ao Contrato no valor, condições e situações estipuladas na cláusula quarta;
- b) Receber os objetos descritos na Cláusula Primeira;
- c) Tem direito de alterar unilateralmente o presente contrato com vistas ao atendimento do interesse público;
- d) Custeará todos os meios necessários a execução dos serviços, incluindo seus empregados, equipamentos e material necessário de modo a proporcionar uma boa execução dos serviços no momento do fornecimento dos produtos;

CLAUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. No curso da execução dos serviços, caberá a SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo a aferição qualitativa dos serviços prestados.

CLAUSULA NONA - DAS PENALIDADES E MULTAS CABÍVEIS

9.1. O não cumprimento ou o cumprimento parcial, ou ainda a ocorrência de qualquer irregularidade na prestação de serviço, por parte do CONTRATADO, ensejará aplicação de multa correspondente a 10% do valor do mensal do contrato, para cada notificação formalizada a este, independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei;

9.2. A aplicação da multa prevista no item anterior poderá ocorrer somente 3 vezes, sendo que a próxima notificação ensejará na rescisão contratual e aplicação das demais sanções previstas.



9.3. A CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações, nos casos não previstos neste contrato.

9.4. Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado a Prefeitura Municipal de Palmeiras poderá, garantida a prévia defesa do contratado, no prazo de 05 dias úteis, aplicar multa prevista neste contrato juntamente com as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 anos;
- c) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a qual será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no alínea anterior.

9.5. As sanções previstas na alínea "c", do sub-item 9.2.1, são de competência exclusiva do Secretário Municipal de Administração de Palmeiras, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 dias a contar da abertura de vistas.

9.6. As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas no setor de Tributos da Secretaria de Administração, situada na Rua Ruy Barbosa, Nº 32, Centro-Palmeiras.

CLAUSULA DÉCIMA – DOS CASOS DE RESCISÃO

10.1. A CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o presente contrato unilateralmente, antes do prazo previsto, por inadimplemento contratual ou para atender ao interesse público, tudo nos termos da legislação em vigor.

10.2. O presente acordo poderá igualmente ser rescindido por mútuo consentimento das partes, sem interpelação judicial, desde que haja pré-aviso, por escrito, no prazo mínimo de 30 dias.

10.3. O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito, mediante caracterização formal do(s) seu(s) motivo(s), conforme estabelecido(s) nos Artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

10.4. O término do contrato fora da sua previsão, será formalizado através de celebração do termo de encerramento, e que as partes **CONTRATANTES** darão mútua, plena, geral e irrevogável quitação de todos os direitos e obrigações contratuais, salvo os que, por disposição de Lei ou deste instrumento, vigorarem além da data do seu encerramento.

10.5. No caso da rescisão antecipada do presente, não previsto no artigo 77 da Lei 8.666/93 e/ou nos termos acima, à parte que der causa ao rompimento do contrato, fica obrigada a pagar a outra, como multa, o valor correspondente ao do presente

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste contrato, por extrato, em até 5 dias após a assinatura do presente, consoante exigência do art. 26 da Lei n. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE

PALMEIRAS

Mais avanços, mais conquistas!

ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRAS

Praça Dr. José Gonçalves, 11 – Palmeiras – Bahia

CNPJ: 13.922.638/0001-21

12.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo disposto no artigo 65 da Lei n. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Para dirimir as dúvidas decorrentes da execução deste contrato, as partes elegem o foro da comarca de Iraquara-Ba como o único competente para tanto.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que se produzam seus efeitos jurídicos e legais, nos termos previstos na legislação vigente.

Palmeiras-BA, 27 de fevereiro de 2023.




RICARDO OLIVEIRA GUIMARÃES
Prefeito Municipal
CONTRATANTE


 Assinado de forma digital
por RAFAEL SILVA DE
AZEVEDO:86378976570
Dados: 2023.03.01 13:29:48
-03'00"

AZEVEDO CONSULTORIA ASSESSORIA
CNPJ/MF nº 45.425.308/0001-17
CONTRATADO

TESTEMUNHA:

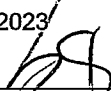
1. 

RG ou CPF: 055 02989593

2. 


RG ou CPF: 3438816683

Visto: / /2023/



SAULO GABRIEL SOUZA QUEIROZ
Procurador Geral
OAB/BA n 53.498

Publicado em: / /2023



LUCIGENIA T. O. GUIMARÃES
Secretária Municipal de Administração